

CRISE DE IDENTIDADES SOCIAIS NO FIM DE SÉCULO*

Emir Sader**

No Brasil, pelo menos até metade dos anos 80, o pensamento sobre a crise e o surgimento de novos sujeitos esteve marcado por uma visão esperançosa – e, vemos hoje, ilusória – de que a crise da centralidade da categoria trabalho, para quem a assumia como tal, e a crise do papel tradicional do movimento operário, e junto com ele, o modelo soviético, o papel dos partidos políticos, teriam encontrado uma substituição adequada no surgimento dos chamados “novos movimentos sociais”. O livro de Eder Sader – **Quando novos personagens entram em cena** – foi o momento de auge da expectativa de que esse vazio criado pelo rebaixamento do perfil do movimento operário tradicional, seria substituído pelos novos movimentos sociais. Essa visão praticamente construía uma nova concepção da teoria da hegemonia – não mais uma hegemonia unívoca, mas a visão de que a contradição única que cruzava toda a estrutura social seria substituída por uma multiplicidade de contradições. Por aí se integrava a idéia de pluralismo, a introdução da questão de gênero, de raça, oxigenando-se a luta de classes e, para alguns, até substituindo a luta de classes pelos embates sociais, com todas as eventuais vantagens que isso teria, porque já não se carregaria o “ranço autoritário” do leninismo, da concepção de partido, da relação verticalista que os partidos teriam com os movimentos sociais, já que estes nasceriam de maneira pluralista, reivindicando a questão da autonomia, etc.

Na realidade, a palavra hegemonia não estava presente, privilegiando-se a palavra autonomia, de tal maneira havia uma fobia em relação ao Estado, em relação ao poder, existindo também por trás uma certa idéia sociologizante, massista e, de alguma maneira, anti-gramsciana e anti-hegemônica. Era por esse lado que se reivindicava a herança de Castoriadis e de Lefort, no Brasil personificada pela revista “Desvios”, onde estavam Marilena Chauí, Eder Sader, Maria Celia Paoli, Marco

* Intervenção do autor no Seminário organizado pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro em dezembro de 1995.

** Professor de Sociologia da USP e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Aurélio Garcia, o lugar privilegiado dessa expectativa e dessa apologia espontaneísta em relação aos movimentos sociais. As velhas identidades desabavam, mas isso não era um problema, porque surgiam novas identidades, que cruzavam e agregavam novas dimensões da vida social – a vida privada, a democracia na fábrica, a idéia de cidadania. Era uma versão um pouco “florida” – as “mil flores” proliferavam e renascia a democracia desde os novos conflitos sociais. É um pouco o que o Fiori diz na introdução de “O vôo da coruja” (Ed. Uerj, 1995): ele fala, na introdução, de como a esquerda se embeveceu com a democratização e com a redistribuição de renda e perdeu o fio da meada sobre onde é que anda o capitalismo brasileiro, onde é que anda a luta social, a luta de classes, a história brasileira, em que período da história estamos entrando. Assim a esquerda entrou muito despreparada, um tanto ingenuamente, empiricamente – de boa ou má fé – nos anos 80. Creio que, embora seja uma teoria setorial, a teoria dos novos movimentos sociais fez parte dessa expectativa de que a democracia vinha redimir tudo, inclusive o economicismo do marxismo, da luta de classes.

Esqueceram-se da questão do corporativismo, esqueceram-se da questão da hegemonia – isto é, como se articula uma nova hegemonia desses novos setores. Se eles são tão fragmentados entre si - uma dificuldade que não se destacava suficientemente –, com mais razão a questão da vanguarda, do partido, se coloca. A hegemonia dos novos movimentos sociais se dará pela confluência espontânea das novas contradições sociais, que levará a uma explosão insurrecional?

Na realidade, havia um mecanismo de má fé: por um lado, uma visão antiestatal e, por outro, uma dinâmica de institucionalização da luta política. O abandono do marxismo terminou levando à dicotomia absoluta entre a luta social por um lado, e por outro, a empírica e pragmática luta institucional, sem articulação entre elas. Uma dicotomia que teria encontrado justamente no pensamento de Gramsci a maneira de buscar uma forma de articulação – conflitiva, contraditória – entre as identidades sociais nascentes e um novo projeto global.

Em nenhum processo histórico as classes sociais protagonizaram, como tais, projetos hegemônicos. A revolução russa não se fez em nome da luta de classes e nem da derrubada do capitalismo. Se fez em nome da “paz, pão e terra”, um discurso encarnado por uma aliança social que gerou uma dinâmica anticapitalista, pelas características da classe hegemônica nessa aliança. A revolução chinesa se fez em torno da revolução agrária, da expulsão do inimigo, sendo na verdade uma plataforma nacional e democrática, levada a cabo por uma aliança de classes com uma di-

nâmica anticapitalista. O mesmo se passou com a revolução vietnamita. As revoluções cubana e nicaraguense também se fizeram não pelo protagonismo do anticapitalismo direto, mas pela luta democrática e anti-imperialista. Uma classe se torna hegemônica quando ela consegue articular ao seu discurso as categorias fundamentais para setores majoritários da população – categorias democráticas, nacionais e populares. Não que ela faça dos seus interesses os interesses gerais, num gesto de prestidigitação – numa visão reduitiva do leninismo –, mas se trata da construção de um discurso específico, que se torna hegemônico.

A categoria de “nação” não é nem burguesa, nem proletária, não tem um selo de classe definido. O “nacionalismo” esteve – e está – nos conflitos nacionais na Europa e está no Terceiro Mundo, em diferentes versões, do nasserismo e do peronismo, ao sandinismo e à revolução cubana. “Noção” pode ter sua versão burguesa, no “chovinismo”, ou sua versão proletária no “anti-imperialismo”.

O mesmo se dá com a noção de “democracia”: ela tem sua versão “liberal”, reduzida à igualdade jurídica e sua versão “proletária”, no sentido de autodeterminação, de “democracia com alma social”. A primeira é característica, recentemente, das transições ao capitalismo dos ex-países socialistas do leste europeu.

Há então uma mediação entre as classes e as forças hegemônicas, os blocos hegemônicos que se constituem nas sociedades concretas. A menção disso vem a propósito da chamada “crise de identidade” no movimento operário. Na realidade, o que se conhece do movimento operário? O que o Offe descreve são processos do movimento operário inglês, do francês, do italiano e, em parte, do alemão. Na realidade, sabemos que, mesmo a França – ex-laboratório de experiências

Políticas – nunca teve mais do que 25% de sua força de trabalho sindicalizada. É necessário olhar para os projetos ideológicos, para os partidos e não imaginar que as classes sociais estivessem tão plenamente representadas ali. O Offe pensava o movimento operário tal qual ele existiu, sob hegemonia social-democrata, desde final do século passado, na Alemanha e, depois na Europa ocidental. Da mesma maneira que, econômica e socialmente, ele pensa a classe operária da forma como Marx a analisou e que ela existiu durante cerca de dois séculos. E ele a pensa como produtora de valores de uso. Se ela tende a diminuir sua dimensão como classe operária industrial *strictu sensu*, ele acredita que a classe operária tende a desaparecer, se é que não desapareceu. O que não impede sua constatação de que a ideologia operária, que dominou o mundo do trabalho e grande parte das relações sociais,

tenha diminuído em grande parte sua abrangência. Terminou o tempo em que o operário europeu era enquadrado pela estrutura social-democrata da maternidade ao cemitério, do parto à sepultura. Essa dinâmica ideológica perdeu grande parte de sua força, com correlato da agregação de novas identidades significativas às de operário, assim como pela crise ideológica e política das esquerdas daquele continente, via fim da URSS e conversão neoliberal da social-democracia.

O que está em crise verdadeiramente é um arcabouço ideológico-organizativo que era muito mais europeu e que nem chegou a ser latino-americano, salvo para alguns países e fenômenos, como o peronismo na Argentina. Nós estamos herdando uma ressaca européia, sem nunca ter tomado o porre deles.

Por outro lado, os novos movimentos sociais não conseguiram, nem preencher o vazio deixado pela retração do movimento sindical, nem se candidatar a compor, de uma ou outra forma, um novo projeto hegemônico. Em primeiro lugar, eles não ficaram infensos aos efeitos da reestruturação produtiva e do apogeu do neoliberalismo. No caso das mulheres, por exemplo, cuja ascensão social constitui, na visão de Hobsbawm, um dos três traços marcantes deste século, pagam um preço grave por se constituir num dos elos frágeis do mercado de trabalho, pela crise da família, que multiplica os casos em que ela é chefe de família, com uma renda diminuída e pelo debilitamento das políticas sociais via políticas de ajuste fiscal levadas à prática pelo neoliberalismo. Os movimentos de mulheres não poderiam deixar de acusar os efeitos desses golpes.

De forma análoga os movimentos dos negros também foram vítimas desses mesmos fenômenos, acentuados nos casos das mulheres negras. Além de que, a passagem do consenso do “déficit social” do país para o do “déficit fiscal” como hegemônico, tira mais ainda espaço para os movimentos de cidadania das minorias políticas.

Se a isso acrescentamos as dificuldades da esquerda para formular um projeto nacional alternativo ao neoliberalismo, podemos perceber como a afirmação de novas identidades carece de um marco geral favorável. A entrada da esquerda nos anos 80, no Brasil, apenas munida da ferramenta da “democratização”, desapareceu-a – e aos movimentos sociais – de instrumentos para elaborar seu próprio projeto político geral. A conquista da cidadania, os direitos das minorias, etc., eram insuficientes, especialmente numa década marcada pela crise econômica, pelo esgotamento do projeto da ditadura militar e da falta de projeto alternativo. Foi uma década

marcada pelas reacomodações diante da crise externa da economia brasileira, com a esquerda movendo-se apenas no plano político, sem intervenções ideológicas de fundo, acompanhadas de uma alternativa de sociedade.

Hoje a questão das novas identidades está condicionada pela elaboração desse projeto nacional. Onde se avançou foi ou pela luta direta de massas, onde havia um tipo de solução possível – como no caso dos Sem-Terra –, ou nas ideologias da solidariedade, que têm que ser integradas ao discurso da esquerda, junto com as alternativas do terceiro setor.